



A construção da autonomia das crianças na Educação Infantil

Bizon, Adriana Crippa ¹

Cazarin, Raquel Nunes ²

Leão, Maurisa Brito ³

Rebelato, Adriana Romancini ⁴

Silva, Gisele Cristina Celtron da ⁵

Resumo

A Educação Infantil desempenha um papel fundamental no desenvolvimento integral das crianças, sendo a construção da autonomia um de seus principais objetivos. Nesse contexto, as práticas pedagógicas assumem relevância central, pois são por meio delas que as crianças vivenciam experiências que favorecem a participação ativa, a tomada de decisões e o exercício da responsabilidade. A organização da rotina escolar, quando planejada de forma intencional e flexível, contribui para a segurança emocional e para o fortalecimento da confiança, aspectos essenciais para o desenvolvimento da autonomia infantil. Além disso, a escuta sensível do professor constitui elemento indispensável no processo educativo, uma vez que possibilita reconhecer as crianças como sujeitos de direitos, capazes de expressar opiniões, desejos e sentimentos. Ao considerar suas vozes, interesses e necessidades, o educador promove um ambiente democrático e acolhedor, no qual a criança se sente pertencente e valorizada. As interações cotidianas, tanto entre pares quanto com os adultos, favorecem a construção de conhecimentos e o desenvolvimento de habilidades sociais, ampliando a capacidade de cooperação e resolução de conflitos. Fundamentado em documentos legais e em autores da área da Educação Infantil, este artigo evidencia que a autonomia não se desenvolve de maneira espontânea, mas é construída progressivamente nas experiências vividas no contexto escolar. Assim, práticas que valorizam o brincar, a participação e o protagonismo infantil tornam-se essenciais para a formação de crianças mais seguras, críticas e participativas.

Palavras-chave: Educação Infantil; Autonomia; Prática pedagógica; Desenvolvimento infantil.

Abstract

Early Childhood Education plays a fundamental role in children's holistic development, with the construction of autonomy being one of its main objectives. In this context, pedagogical practices are of central importance, as they provide experiences that encourage active participation, decision-making, and the exercise of responsibility. The organization of the school routine, when planned in an intentional and flexible manner, contributes to emotional security and the strengthening of self-confidence, which are essential aspects of children's autonomy development. In addition, the



teacher's sensitive listening is an indispensable element in the educational process, as it recognizes children as subjects of rights, capable of expressing opinions, desires, and feelings. By considering their voices, interests, and needs, educators promote a democratic and welcoming environment in which children feel valued and a sense of belonging. Daily interactions, both among peers and with adults, foster knowledge construction and the development of social skills, enhancing cooperation and conflict resolution. Grounded in legal documents and authors in the field of Early Childhood Education, this article highlights that autonomy does not develop spontaneously but is progressively built through everyday experiences in the school context. Thus, practices that value play, participation, and children's protagonism are essential for the formation of more confident, critical, and participatory children.

Keywords: Early Childhood Education; Autonomy; Pedagogical Practice; Child Development.

¹ Professor de Educação Básica I - Prefeitura Municipal de Araras, e-mail: acbizon@yahoo.com.br

² Professor de Educação Básica I - Prefeitura Municipal de Araras, e-mail: kel.nunes@hotmail.com

³ Professor de Educação Básica I - Prefeitura Municipal de Araras, e-mail: marisa.leão2@gmail.com

⁴ Professor de Educação Básica I - Prefeitura Municipal de Araras, e-mail: drirebelato@gmail.com

⁵ Professor de Educação Básica I - Prefeitura Municipal de Araras,

e-mail: gisele.silva@professor.educacaoararas.sp.gov.br

Introdução

A primeira etapa da educação básica - Educação Infantil, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, emocional, cognitivo e social (BRASIL, 1996). Nesse cenário, a autonomia configura-se como um eixo central, pois contribui para a formação de sujeitos críticos, participativos e confiantes. Promover a autonomia implica reconhecer na criança o protagonismo de suas aprendizagens, capaz de fazer escolhas, expressar opiniões e construir conhecimentos nas interações sociais (BRASIL, 2017).

O entendimento da criança como sujeito de direitos representa um avanço significativo nas concepções educacionais contemporâneas. Historicamente, a Educação Infantil foi marcada por práticas assistencialistas ou excessivamente escolarizantes, que pouco valorizavam a participação ativa das crianças. Com as transformações legais e pedagógicas, especialmente a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a criança passou a ser entendida como um ser social, histórico e cultural, que aprende nas relações que estabelece com o outro e com o meio (BRASIL, 2017).

Nesse novo contexto, a escola de Educação Infantil assume um papel que vai além do cuidado e da preparação para as etapas posteriores da escolarização. Ela se constitui como um espaço educativo no qual as experiências vividas pelas crianças devem promover o desenvolvimento da autonomia, da identidade e das relações sociais. Ao reconhecer a criança como sujeito de direitos, a instituição escolar precisa organizar tempos, espaços e práticas que favoreçam a participação ativa, o diálogo e a construção coletiva do conhecimento, respeitando as singularidades de cada criança e do grupo (BRASIL, 2017).

Além disso, a valorização da infância como etapa fundamental do desenvolvimento humano implica repensar o papel do professor e as concepções pedagógicas que orientam sua prática. O educador deixa de ser apenas transmissor de conteúdos para atuar como mediador das aprendizagens, criando situações que estimulem a curiosidade, a experimentação e a reflexão. Dessa maneira, as interações entre crianças e adultos tornam-se centrais no processo educativo,

contribuindo para a construção de sujeitos mais autônomos, críticos e participativos desde os primeiros anos de vida. (BRASIL, 1996).

Nesse sentido, a autonomia não deve ser compreendida como independência precoce ou ausência de mediação adulta, mas como um processo gradual, construído nas experiências cotidianas. Conforme destaca Vygotsky (1998), o desenvolvimento ocorre por meio da interação social, sendo o adulto um mediador fundamental para que a criança amplie suas capacidades. Assim, promover a autonomia envolve criar condições para que as crianças participem ativamente da organização do tempo, do espaço e das atividades propostas, respeitando seus ritmos e interesses.

A organização da rotina na Educação Infantil exerce papel essencial nesse processo. Barbosa (2006) afirma que a rotina, quando planejada de forma flexível e intencional, favorece a segurança emocional e a previsibilidade, elementos fundamentais para que a criança se sinta confiante para agir, escolher e experimentar. Momentos como a escolha de brincadeiras, a participação na organização dos materiais, a alimentação e o cuidado com o próprio corpo são oportunidades privilegiadas para o exercício da autonomia.

O brincar, enquanto linguagem própria da infância, também se apresenta como um espaço potente para o desenvolvimento da autonomia. Por meio das brincadeiras, as crianças exploram possibilidades, resolvem conflitos, negociam regras e expressam sentimentos, construindo conhecimentos de forma significativa (KISHIMOTO, 2011). Ao valorizar o brincar livre e orientado, o professor contribui para que as crianças desenvolvam iniciativa, criatividade e capacidade de decisão.

O papel do professor, nesse contexto, é fundamental. Cabe ao educador assumir uma postura de escuta sensível, observação atenta e intervenção intencional, evitando práticas autoritárias ou excessivamente dirigidas. Segundo Kramer (2006), educar crianças pequenas exige reconhecer suas vozes, suas formas de expressão e suas múltiplas linguagens. O professor que respeita a criança como sujeito ativo contribui para a construção de um ambiente democrático, no qual a autonomia se desenvolve de maneira natural e progressiva.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforça essa perspectiva ao destacar os direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, entre eles o direito de participar, explorar, expressar-se e conhecer-se (BRASIL, 2017). Esses

direitos evidenciam que a autonomia está diretamente relacionada à participação das crianças nas experiências educativas, rompendo com práticas que limitam sua ação e sua voz.

Dessa forma, a construção da autonomia na Educação Infantil demanda práticas pedagógicas coerentes com uma concepção de infância que valoriza o protagonismo, a interação e o brincar. Ao proporcionar experiências significativas e respeitosas, a escola contribui não apenas para o desenvolvimento individual das crianças, mas também para a formação de sujeitos mais críticos, responsáveis e participativos na sociedade.

A autonomia é um processo construído no cotidiano da Educação Infantil, mediado pelas relações, pela organização do ambiente e pelas intencionalidades pedagógicas. Investir em práticas que promovam a participação ativa das crianças significa reconhecer sua capacidade de aprender, decidir e interagir, fortalecendo os princípios de uma educação democrática e de qualidade desde a primeira infância.

Autonomia e práticas pedagógicas

A construção da autonomia ocorre no cotidiano escolar, especialmente por meio de práticas pedagógicas intencionais que reconhecem a criança como sujeito ativo no processo de aprendizagem. Na Educação Infantil, essas práticas devem considerar as especificidades da infância, respeitando os tempos, interesses, linguagens e formas próprias de expressão das crianças.

Segundo Kramer (2006), a criança aprende quando participa ativamente das experiências propostas, sendo valorizada em sua singularidade e inserida em contextos significativos de interação.

Nesse sentido, a autonomia não se desenvolve de forma espontânea ou isolada, mas é resultado de um processo contínuo, mediado pelas relações estabelecidas no ambiente educativo. As propostas pedagógicas precisam possibilitar que as crianças façam escolhas, expressem opiniões, experimentem diferentes formas de resolver problemas e assumam responsabilidades compatíveis com sua faixa etária. Tais experiências contribuem para o fortalecimento da autoestima, da confiança e do sentimento de pertencimento ao grupo (KRAMER, 2006).



A organização da rotina escolar configura-se como um elemento central para a promoção da autonomia. Conforme aponta Barbosa (2006), a rotina, quando estruturada de maneira flexível e dialogada, oferece segurança emocional às crianças, ao mesmo tempo em que abre espaço para a participação ativa. Momentos como a chegada, a escolha das brincadeiras, a organização dos materiais, a alimentação e o cuidado com o corpo são situações cotidianas que possibilitam o exercício da autonomia de forma concreta e significativa.

O papel do professor é fundamental nesse processo, atuando como mediador das aprendizagens e das relações. Cabe ao educador criar situações desafiadoras, incentivar a experimentação, a cooperação e a resolução de conflitos, evitando antecipar respostas ou limitar as iniciativas infantis. De acordo com Vygotsky (1998), o desenvolvimento ocorre por meio da interação social, sendo o adulto responsável por oferecer mediações que ampliem as possibilidades de aprendizagem da criança dentro de sua zona de desenvolvimento proximal.

Assim, práticas pedagógicas que valorizam a escuta, o diálogo e a participação contribuem para a construção de um ambiente democrático, no qual a autonomia é compreendida como parte indissociável do desenvolvimento integral. O professor, ao observar atentamente as crianças e refletir sobre suas intervenções, pode ajustar suas ações pedagógicas de modo a favorecer experiências que promovam o protagonismo infantil.

A organização do ambiente e da rotina como promotoras da autonomia

O ambiente educativo na Educação Infantil deve ser concebido como um espaço intencionalmente organizado para favorecer a exploração, a interação e a autonomia das crianças. Mais do que um local físico, o ambiente constitui-se como um elemento pedagógico que comunica valores, concepções de infância e formas de relação. Quando organizado de maneira acessível e acolhedora, permite que as crianças circulem livremente, escolham materiais e participem ativamente das atividades propostas.

Barbosa (2006) destaca que a rotina escolar não deve ser rígida ou engessada, mas construída coletivamente, considerando as necessidades e os interesses do

grupo. A previsibilidade oferecida pela rotina contribui para a segurança emocional, enquanto a flexibilidade possibilita adaptações e escolhas, essenciais para o desenvolvimento da autonomia. Dessa forma, a criança passa a compreender a organização do tempo e do espaço, tornando-se gradualmente mais responsável por suas ações.

A participação das crianças na organização do ambiente, como guardar brinquedos, escolher espaços para brincar ou colaborar na preparação de atividades, fortalece o senso de responsabilidade e cooperação. Essas ações cotidianas, muitas vezes consideradas simples, são fundamentais para a formação de sujeitos autônomos e conscientes de seu papel no coletivo.

Além disso, a rotina deve contemplar momentos de brincadeira livre, atividades dirigidas, cuidados pessoais e interações sociais, garantindo experiências diversificadas e equilibradas. O brincar, enquanto linguagem central da infância, constitui-se como um espaço privilegiado para a tomada de decisões, a negociação de regras e a resolução de conflitos, contribuindo diretamente para o desenvolvimento da autonomia (KISHIMOTO, 2011).

Escuta sensível e protagonismo infantil

A escuta sensível do professor constitui um dos fundamentos essenciais para a promoção da autonomia na Educação Infantil, pois está diretamente relacionada ao reconhecimento da criança como sujeito de direitos e protagonista de seu processo de aprendizagem. Escutar, nesse contexto, vai além de ouvir a fala verbal, envolvendo a atenção às múltiplas linguagens infantis, como gestos, expressões corporais, brincadeiras, silêncios e emoções. Ao acolher essas manifestações, o educador valida as experiências das crianças e cria condições para que elas se sintam seguras, pertencentes e participantes do ambiente educativo.

A prática da escuta sensível exige do professor uma postura ética e reflexiva, que considera a criança em sua totalidade e respeita seus tempos, interesses e modos próprios de expressão. Quando o educador demonstra interesse genuíno pelo que as crianças comunicam, favorece o estabelecimento de vínculos afetivos sólidos, fundamentais para o desenvolvimento emocional e social. Esses vínculos fortalecem

a confiança da criança em si mesma e no outro, ampliando suas possibilidades de iniciativa, experimentação e participação nas atividades cotidianas da instituição.

Nesse sentido, Kramer (2006) destaca que a Educação Infantil deve se configurar como um espaço de diálogo, no qual as crianças tenham voz ativa e sejam respeitadas em suas opiniões. Essa perspectiva rompe com práticas pedagógicas autoritárias e adultocêntricas, que historicamente limitaram a participação infantil e reforçaram relações hierárquicas rígidas entre adultos e crianças. Ao adotar uma postura mais horizontal, o professor reconhece a criança como parceira no processo educativo, favorecendo relações mais democráticas e colaborativas.

A escuta sensível também se articula diretamente ao protagonismo infantil, que se manifesta quando as crianças participam das decisões relacionadas ao cotidiano escolar. Situações como a escolha de brincadeiras, a organização dos espaços, a construção de regras de convivência e a sugestão de temas de interesse possibilitam que as crianças exerçam sua capacidade de decisão e assumam responsabilidades compatíveis com sua faixa etária. Essas experiências contribuem para o desenvolvimento da autonomia moral e social, promovendo o respeito mútuo, a cooperação e a convivência coletiva.

De acordo com Vygotsky (1998), o desenvolvimento das funções psicológicas superiores ocorre por meio das interações sociais, sendo o outro um elemento central na constituição do sujeito. Assim, ao participar ativamente das decisões e das interações no ambiente educativo, a criança amplia suas capacidades cognitivas, emocionais e sociais. O professor, nesse processo, atua como mediador, oferecendo suporte e intervenções intencionais que favorecem a aprendizagem, sem antecipar respostas ou limitar as iniciativas infantis.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforça essa concepção ao estabelecer os direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, entre eles o direito de participar, expressar-se, explorar, conviver e conhecer-se (BRASIL, 2017). Esses direitos evidenciam que a autonomia está intrinsecamente ligada à participação ativa das crianças nas experiências educativas e à valorização de suas múltiplas linguagens. Ao garantir esses direitos, a Educação Infantil contribui para a formação de sujeitos mais seguros, criativos e críticos.

Dessa forma, práticas pedagógicas fundamentadas na escuta sensível e no protagonismo infantil possibilitam a construção de ambientes educativos mais acolhedores, democráticos e significativos. Ao reconhecer as crianças como sujeitos competentes, capazes de interagir, decidir e aprender, a escola fortalece processos educativos que promovem a autonomia desde a primeira infância. Investir em uma pedagogia da escuta e da participação significa, portanto, contribuir para o desenvolvimento integral das crianças e para a consolidação de uma Educação Infantil comprometida com a formação de cidadãos críticos e participativos.

Discussão

A análise dos aspectos relacionados à autonomia na Educação Infantil evidencia que sua construção está diretamente vinculada às concepções de infância adotadas pela instituição escolar e às práticas pedagógicas desenvolvidas no cotidiano. Conforme discutido ao longo do texto, a autonomia não se configura como um atributo inato da criança, mas como um processo socialmente construído, mediado pelas interações, pela organização do ambiente e pela intencionalidade pedagógica do professor, em consonância com as contribuições de Vygotsky (1998).

Os resultados da discussão teórica apontam que práticas pedagógicas que valorizam a participação ativa das crianças, a escuta sensível e o brincar favorecem significativamente o desenvolvimento da autonomia. Nesse sentido, os estudos de Kramer (2006) e Barbosa (2006) reforçam a importância de uma rotina flexível e dialogada, que permita às crianças exercer escolhas e assumir responsabilidades de forma progressiva. Quando a rotina é compreendida apenas como um instrumento de controle do tempo e do comportamento, limita-se o potencial formativo da Educação Infantil; por outro lado, quando construída coletivamente, torna-se um espaço privilegiado de aprendizagem e desenvolvimento.

A organização do ambiente também se mostrou elemento central na promoção da autonomia. Ambientes acessíveis, acolhedores e ricos em possibilidades ampliam as experiências infantis e estimulam a iniciativa, a cooperação e a tomada de decisões, conforme discutido por Kishimoto (2011). Esses aspectos dialogam diretamente com os princípios da Base Nacional Comum Curricular, que reconhece a

criança como sujeito de direitos e protagonista de suas aprendizagens (BRASIL, 2017).

Dessa forma, a discussão evidencia que promover a autonomia na Educação Infantil exige superar práticas adultocêntricas e investir em propostas pedagógicas que respeitem as singularidades das crianças. Tal perspectiva contribui para a formação de sujeitos mais críticos, participativos e conscientes, reafirmando o papel da Educação Infantil como base para uma educação democrática e de qualidade.

Considerações finais

A autonomia na Educação Infantil não se constrói de forma espontânea, mas resulta de práticas pedagógicas conscientes, baseadas na escuta, no respeito e na participação ativa das crianças. Ao promover ambientes educativos que valorizam o protagonismo infantil, a escola contribui para o desenvolvimento integral e para a formação de sujeitos mais autônomos e críticos, conforme preconizam as políticas educacionais brasileiras. Nesse sentido, a autonomia deve ser compreendida como um processo contínuo, construído nas interações cotidianas e mediado intencionalmente pelos adultos responsáveis pelo processo educativo.

A Educação Infantil, enquanto primeira etapa da educação básica, tem como finalidade assegurar experiências que favoreçam o desenvolvimento físico, emocional, cognitivo e social das crianças (BRASIL, 1996). Dessa forma, promover a autonomia implica reconhecer a criança como sujeito de direitos, capaz de expressar opiniões, fazer escolhas e participar ativamente da construção de sua aprendizagem. Essa concepção rompe com práticas tradicionais, marcadas por uma visão adultocêntrica, que limitam a ação infantil e restringem sua participação no cotidiano escolar.

As práticas pedagógicas desempenham papel central nesse processo. Segundo Kramer (2006), a criança aprende quando participa ativamente das experiências propostas, sendo respeitada em seus tempos, interesses e formas próprias de expressão. Assim, o planejamento pedagógico deve contemplar situações que estimulem a iniciativa, a experimentação e a cooperação, possibilitando que as

crianças enfrentam desafios adequados à sua faixa etária e desenvolvam gradualmente a responsabilidade por suas ações.

A organização da rotina escolar também se configura como elemento fundamental para a construção da autonomia. Barbosa (2006) destaca que uma rotina flexível e dialogada oferece segurança emocional às crianças, ao mesmo tempo em que favorece a tomada de decisões e o desenvolvimento da responsabilidade. Momentos cotidianos, como a escolha das brincadeiras, a organização dos materiais, a alimentação e o cuidado com o corpo, constituem oportunidades significativas para o exercício da autonomia de maneira concreta e contextualizada.

O ambiente educativo, por sua vez, deve ser concebido como um espaço pedagógico intencionalmente organizado para favorecer a exploração, a interação e a participação. Ambientes acessíveis, acolhedores e ricos em possibilidades incentivam a curiosidade, a iniciativa e a cooperação entre as crianças. Conforme aponta Kishimoto (2011), o brincar, enquanto linguagem própria da infância, é um espaço privilegiado para o desenvolvimento da autonomia, pois permite às crianças tomar decisões, negociar regras, resolver conflitos e expressar sentimentos.

Nesse contexto, o papel do professor é essencial como mediador do processo educativo. Cabe ao educador assumir uma postura de escuta sensível, observação atenta e intervenção intencional, criando condições para que as crianças participem ativamente das experiências propostas. De acordo com Vygotsky (1998), o desenvolvimento ocorre por meio da interação social, sendo o adulto responsável por oferecer mediações que ampliem as possibilidades de aprendizagem da criança, sem antecipar respostas ou limitar suas iniciativas.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforça essa perspectiva ao destacar os direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, entre eles o direito de participar, explorar, expressar-se e conviver (BRASIL, 2017). Esses direitos evidenciam que a autonomia está diretamente relacionada à participação das crianças nas experiências educativas e à valorização de suas múltiplas linguagens.

Dessa forma, a construção da autonomia na Educação Infantil exige práticas pedagógicas coerentes com uma concepção de infância que valoriza o protagonismo, o diálogo e a interação. Ao investir em propostas que respeitam as singularidades das crianças e promovem sua participação ativa, a escola contribui não apenas para o



desenvolvimento individual, mas também para a formação de sujeitos mais críticos, responsáveis e participativos, fortalecendo os princípios de uma educação democrática e de qualidade desde a primeira infância.

Referências

- BARBOSA, Maria Carmen Silveira. *Por amor e por força: rotinas na Educação Infantil*. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2017.
- KISHIMOTO, F. K. *Gestão de pessoas: fundamentos, desafios e tendências*. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2011.
- KRAMER, Sonia. *A infância e sua singularidade*. São Paulo: Cortez, 2006.
- VYGOTSKY, Lev S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.